

Demonstrações Financeiras

DME Energética S.A. - DMEE

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

DME Energética S.A. - DMEE

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
DME Energética S.A. - DMEE
Poços de Caldas - Minas Gerais

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da DME Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Energética S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Direito de extensão de concessão - Repactuação do risco hidrológico em coligada

Serra do Facão Energia S.A.

A coligada Serra do Facão Energia S.A. (“SEFAC”) registrou em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, ganho referente à repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, tendo como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE dos efeitos decorrentes de externalidades que agravaram o *Generation Scaling Factor*. Entretanto, o Conselho de Administração aprovou a extensão da outorga em 5 de fevereiro de 2021, portanto em data subsequente ao exercício findo em 31 de dezembro 2020. Consequentemente, o resultado do exercício de 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão subavaliados e superavaliados, respectivamente, em R\$4.981 mil.



Energética Barra Grande S.A.

A coligada Energética Barra Grande S.A. (BAESA) registrou em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, os efeitos líquidos referentes a repactuação do risco hidrológico (GSF) relativos a períodos anteriores a 2021, na ordem de R\$ 148.218 mil líquido de impostos. Como a coligada já havia formalizado a desistência das ações judiciais em curso e os valores referentes a essa repactuação ao acordo já haviam sido divulgados pelo órgão regulador em 2020, a mesma reunia elementos suficientes para o registro desses efeitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Conseqüentemente, o resultado de equivalência patrimonial registrado pela Companhia no resultado o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está superavaliado em R\$ 13.071 mil.

Registro do uso do bem público em coligada

A coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2015. Até aquele exercício, o registro contábil estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. As características do contrato de concessão da coligada requerem o registro da obrigação do UBP em contrapartida do ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Como consequência, o investimento e o resultado de equivalência patrimonial nessa coligada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão superavaliados em R\$22.450 mil e R\$1.505 mil, respectivamente (R\$21.942 mil e R\$1.360 mil, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos e dos efeitos dos assuntos incluídos na seção “Base para opinião com ressalvas” acima, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar tal fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas” acima, há desvios contábeis decorrentes dos seguintes temas: (i) o investimento e o resultado de equivalência patrimonial decorrentes de participação na coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) estão superavaliados em R\$22.450 mil e R\$1.505 mil, respectivamente, e (ii) o resultado de equivalência patrimonial sobre o direito de extensão de concessão referente a repactuação do risco hidrológico das coligadas Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) e Energética Barra Grande S.A. (BAESA) nos montantes de R\$4.981 mil (subavaliado) e R\$13.071 mil (superavaliado), respectivamente. Essas ressalvas afetam significativamente a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Portanto, concluímos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração apresentam distorção relevante pelas mesmas razões com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalvas”.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6


Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC-1SP175536/O-5

DME Energética S.A. - DMEE

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	4	272.532	231.768
Contas a receber	5	14.027	16.764
Serviços em curso		1.336	1.094
Tributos e contribuições sociais compensáveis		3.959	3.198
Depósitos Judiciais e Cauções		898	-
Estoque		1.796	877
Despesas pagas antecipadamente		56	54
Outros Créditos	6	1.226	1.440
		295.830	255.195
Não circulante			
Tributos diferidos	19	7.811	13.202
Investimentos	8	105.487	92.405
Imobilizado	9	100.392	100.929
Intangível	10	85.565	57.149
		299.255	263.685
Total do ativo		595.085	518.880

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim
Diretor Comercial-Financeiro

Marco César Castro de Oliveira
Diretor Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Contadora
CRC-MG 090512/O-2

	Nota	2021	2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		869	573
Fornecedores - partes relacionadas	7	3.374	4.308
Folha de Pagamento		258	240
Impostos e contribuições sociais		1.327	1.079
Encargos setoriais		265	181
Obrigações estimadas		1.253	628
Uso do bem público - CESAP	11	17.457	15.132
Outros passivos circulantes		84	24
		24.887	22.165
Não circulante			
Uso do bem público - CESAP	11	233.682	192.527
Partes relacionadas	7	1.005	928
Provisão para litígios		98	89
Outras contas a pagar		-	24
		234.785	193.568
Total do passivo		259.672	215.733
Patrimônio líquido			
Capital social	12	254.431	254.431
Reserva legal		17.055	14.634
Reserva de lucros		52.428	30.463
Dividendos adicionais		11.499	3.619
		335.413	303.147
Total do patrimônio líquido e passivo		595.085	518.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim
Diretor Comercial-Financeiro

Marco César Castro de Oliveira
Diretor Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Contadora
CRC-MG 090512/O-2

DME Energética S.A. - DMEE

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	13	156.355	119.019
Custos operacionais	14	(13.852)	(9.809)
Energia elétrica comprada	15	(67.924)	(37.302)
Lucro bruto		74.579	71.908
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(11.075)	(10.066)
Outras (despesas) receitas, líquidas	17	5.923	3.689
Resultado de equivalência patrimonial		15.320	6.656
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		84.747	72.187
Receitas financeiras	18	14.721	5.605
Despesas financeiras	18	(40.527)	(40.941)
Resultado financeiro líquido		(25.806)	(35.336)
Resultado antes dos impostos		58.941	36.851
Contribuição social	19	(1.383)	(1.485)
Imposto de renda	19	(3.750)	(4.026)
Impostos diferidos		(5.391)	(853)
Lucro líquido do exercício		48.417	30.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim
Diretor Comercial-Financeiro

Marco César Castro de Oliveira
Diretor Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Contadora
CRC-MG 090512/O-2

DME Energética S.A. - DMEE

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	<u>48.417</u>	<u>30.487</u>
Resultado abrangente total	<u>48.417</u>	<u>30.487</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim
Diretor Comercial-Financeiro

Marco César Castro de Oliveira
Diretor Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Contadora
CRC-MG 090512/O-2

DME Energética S.A. - DMEE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	254.431	13.110	25.599	5.299	-	298.439
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio/Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	(9.623)	(5.299)	-	(14.922)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.487	30.487
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	1.524	-	-	(1.524)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(7.241)	(7.241)
Dividendos adicionais (25%)	-	-	-	3.619	(7.241)	(3.622)
Transferência para reserva de lucros	-	-	14.481	-	(14.481)	-
Outros	-	-	6	-	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2020	254.431	14.634	30.463	3.619	-	303.147
Juros sobre capital próprio/Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	(1.033)	(3.619)	-	(4.652)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.417	48.417
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	2.421	-	-	(2.421)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(11.499)	(11.499)
Dividendos adicionais (25%)	-	-	-	11.499	(11.499)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	22.998	-	(22.998)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	254.431	17.055	52.428	11.499	-	335.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcelo Dias Loichate	Marcos Rogério Alvim	Marco César Castro de Oliveira	Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Diretor Superintendente	Diretor Comercial-Financeiro	Diretor Técnico	Contadora
			CRC-MG 090512/O-2

DME Energética S.A. - DMEE

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	48.417	30.487
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Usos do bem público - CESAP (Nota 11)	43.480	27.955
Resultado com equivalência patrimonial (Nota 8)	(15.320)	(6.656)
Valor residual de ativo imobilizado baixado (Nota 9)	56	10
Repactuação Risco Hidrológico GSF CESAP	(10.387)	-
Repactuação Risco Hidrológico GSF PCH Padre Carlos	(3.608)	-
Valor Justo Ações SEFAC (Nota 8)	10.247	-
Impostos diferidos	5.391	853
Depreciação e a amortização (Nota 9 e Nota 10)	10.459	11.365
	88.735	64.014
Variações patrimoniais		
Aumento no contas a receber	2.737	(4.646)
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes e não circulantes	(2.395)	6.087
(Redução) aumento nas compra de energia elétrica - BAESA	(935)	2.951
(Redução) aumento no imposto de renda e contribuição social	(378)	(1.466)
(Redução) aumento nos demais passivos circulantes e não circulantes	1.394	(1.284)
Caixa oriundo das operações	423	1.642
Total das disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	89.158	65.656
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições em imobilizado/intangível (Nota 9 e Nota 10)	(38.392)	(8.029)
Dividendos recebidos (Nota 8)	11.988	6.087
Aquisição ações (Nota 8)	(6.336)	-
Amortização intangível - SEFAC (Nota 8)	280	-
Amortização intangível - ETAU (Nota 8)	217	310
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(32.243)	3.091
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros sobre capital próprio	(12.532)	(11.536)
Dividendos pagos	(3.619)	(15.021)
Dividendos intercalares	-	(3.622)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(16.151)	(30.179)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos	40.764	38.568
A variação líquida de caixa é assim demonstrada		
Disponibilidades		
No fim do exercício	272.532	231.768
No início do exercício	231.768	193.200
Aumento de caixa e equivalente de caixa	40.764	38.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim
Diretor Comercial-Financeiro

Marco César Castro de Oliveira
Diretor Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Contadora
CRC-MG 090512/O-2

DME Energética S.A. - DMEE

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas		
Venda de energia e serviços	173.223	132.890
Outros resultados	6.200	3.928
	<u>179.423</u>	<u>136.818</u>
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos - custos energia comprada	(67.924)	(37.302)
Material e serviços de terceiros	(6.260)	(6.535)
	<u>(74.184)</u>	<u>(43.837)</u>
Valor adicionado bruto	105.239	92.981
(=) Valor adicionado líquido	<u>105.239</u>	<u>92.981</u>
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	(25.806)	(35.336)
Resultado da equivalência patrimonial	15.320	6.656
	<u>(10.486)</u>	<u>(28.680)</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>94.753</u>	<u>64.301</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	5.018	4.183
Encargos sociais (exceto INSS)	608	532
Entidade de previdência privada	463	383
Auxílio-alimentação	618	499
Provisões de férias e 13º	962	674
Convênio assistencial e outros benefícios	466	406
Participação nos resultados	771	358
Programa de Demissão Voluntária - PIDV	-	123
(custos Imobilizados)	(104)	(167)
Outros	29	14
	<u>8.831</u>	<u>7.005</u>
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	1.411	1.105
IRPJ/CSLL	10.524	6.364
PIS/COFINS e outros	14.790	13.871
Outros	10.780	5.469
	<u>37.505</u>	<u>26.809</u>
Acionistas		
Resultados retidos	48.417	30.487
	<u>48.417</u>	<u>30.487</u>
Total	<u>94.753</u>	<u>64.301</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim
Diretor Comercial-Financeiro

Marco César Castro de Oliveira
Diretor Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Contadora
CRC-MG 090512/O-2

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) A Companhia

A DME Energética S.A. (“Companhia” ou “DMEE”), é uma empresa pública do Município de Poços de Caldas, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 7.192, de 27 de junho de 2000, e regida pela Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010 sediada na Rua Amazonas nº 65 - centro, no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais.

A Companhia tem como única acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A., a qual figura como Controladora da Companhia.

A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. A DMEE detém as seguintes participações diretas em outras sociedades:

Sociedades/Consórcios	Participação %
Baesa - Energética Barra Grande S.A.(*)	8,8189%
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.(***)	11,0133%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU(**)	14,3811%
Consórcio Empresarial Salto do Pilão - CESAP	20,0000%

(*) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Barra Grande.

(**) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da Linha de Transmissão 230 KV Campos Novos, Barra Grande, Lagoa Vermelha e Santa Maria.

(***) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Serra do Facão.

b) Outorgas de geração de energia

Em consonância com seu objeto social a Companhia possui outorga para exploração dos seguintes empreendimentos de geração hidroelétrica, sendo:

Usina	Potência (MW)	Regime de exploração	Tipo de geração	% Participação	Participação DMEE (MW)	Município	Fase
UHE Pedro Affonso Junqueira (UHE Antas I) Salto Pilão (CESAP)	8,78	Cotas	UHE	100,00%	8,78	Poços de Caldas - MG	Operação
PCH Padre Carlos (Rolador)	191,89	PIE	UHE	20,00%	38,378	Apiúna - SC, Ibirama - SC e Lontras - SC	Operação
Minicentral Hidrelétrica José Togni	7,8	PIE	PCH	100,00%	7,8	Poços de Caldas - MG	Operação
PCH Engº Ubirajara Machado de Moraes	0,72	Registro	PCH	100,00%	0,72	Poços de Caldas - MG	Operação
	0,8	Registro	PCH	100,00%	0,8	Poços de Caldas - MG	Operação
	<u>209,99</u>				<u>56,478</u>		

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Outorgas de geração de energia--Continuação

i) *UHE Antas I*

A concessão da UHE Antas I passou a ser de titularidade da DMEE conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.548 de 11 de fevereiro de 2014 e mediante Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 048/99 - ANEEL, sendo que, a titularidade anterior era da DME Distribuição S/A. A totalidade da geração da usina é destinada a distribuidoras de energia do SIN (Sistema Interligado Nacional), através do CCGF - Contratos de Cotas de Garantia Física, estabelecido na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013. A DMEE recebe mensalmente por esta energia 1/12 da RAG (Receita Anual de Geração), estipulada no 2º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 48/99 e revista anualmente.

ii) *Consórcio Empresarial Salto Pilão - CESAP*

O Consórcio Empresarial Salto Pilão ("CESAP"), foi constituído em 22 de janeiro de 2002 e tem por objeto a construção, operação, manutenção, administração e exploração, mediante concessão de uso de bem público (concessão onerosa), do aproveitamento hidrelétrico Salto Pilão bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme definido no Contrato de Concessão nº 015, datado de 23 de abril de 2002, assinado pelas consorciadas com a ANEEL.

A Companhia participa no Consórcio Salto Pilão ("CESAP") com 20%. O Consórcio não tem personalidade jurídica nem constitui pessoa jurídica distinta dos consorciados, portanto, devem ser entendidos como uma comunhão de interesses e responsabilidades para o cumprimento do Contrato de Concessão.

As operações do Consórcio serão mantidas durante o prazo de concessão compartilhada das consorciadas.

iii) *PCH Padre Carlos - Rolador*

A Resolução ANEEL nº 136 de 3 de maio de 2000, autorizou o Departamento Municipal de Eletricidade - DME, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico da central geradora Rolador pelo prazo de trinta anos, com 7,8 MW de potência instalada, localizada no município de Poços de Caldas, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica. Através da Resolução ANEEL nº 431, de 26 de agosto de 2003, a ANEEL autorizou o Departamento Municipal de Eletricidade - DME, a proceder a transferência para a empresa DME Energética S/A a exploração da PCH Rolador e a alteração da denominação para PCH Padre Carlos. A energia hoje produzida é comercializada no ambiente de contratação livre.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

b) Outorgas de geração de energia--Continuação

iii) *PCH Padre Carlos – Rolador--Continuação*

Na data de 08/10/2021 a Companhia assinou junto a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, com extensão da concessão pelo período adicional de 1.097 (um mil e noventa e sete dias), a contar do final do prazo de concessão original, estabelecendo a nova vigência da PCH Padre Carlos para 05/05/2033.

iv) *Minicentral Hidrelétrica - José Togni*

Através da Declaração de Registro de Central Geradora efetivada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 27/01/2021, a DME Energética S.A – DMEE, passou a ser proprietária do empreendimento Minicentral Hidrelétrica José Togni, o qual até 31/12/2020 era de propriedade da DME Distribuição S.A – DMED. A Minicentral Hidrelétrica José Togni, ou Usina Bortolan, teve seu projeto aprovado e autorizado para construção em 05 de setembro de 1986 pelo DNAEE, através da Portaria nº 251, e entrou em atividade em outubro de 1988. Sua potência nominal é de 900kVA/720kW.

v) *PCH Engº Ubirajara Machado de Moraes*

Através da Declaração de Registro de Central Geradora efetivada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25/01/2021, a DME Energética S.A – DMEE, passou a ser proprietária do empreendimento PCH Engº Ubirajara Machado de Moraes, ou Usina Veu das Noivas, a qual até 31/12/2020 era de propriedade da DME Distribuição S.A – DMED. A PCH Engº Ubirajara Machado de Moraes foi inaugurada em 19 de outubro de 1985, e sua potência nominal é de 1000kVA/900kW

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

c) Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

O mundo continua se reestruturando, os cuidados preventivos adotados e a vacina contra COVID-19 foram importantes medidas para a melhoria gradativa do panorama, inclusive internamente.

Ao longo de 2021, a Companhia continuou tomando medidas preventivas para enfrentamento do novo Coronavírus - COVID-19, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS (Ministério da Saúde), pela Organização Mundial da Saúde, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Município de Poços de Caldas.

Através da Portaria Conjunta DME nº 003/2020, de 18/03/2020, foi constituído o Comitê para o Enfrentamento da Pandemia do Coronavírus COVID-19, alterado pela Portaria nº Conjunta nº 013/2020, de 02/09/2020. Assim, desde 18/03/2020, é divulgado, semanalmente, os documentos intitulados "Planejamento de Ações da DME", o qual se encontra na Revisão 36, e "Procedimentos Gerais para a Prevenção do Coronavírus COVID-19", que se encontra na Revisão 07.

Em linhas gerais, podemos citar que o uso da máscara permanece obrigatório em todas as dependências. Foi mantida a disponibilização de álcool em gel em locais estratégicos, bem como a restrição de atividades, evitando a aglomeração.

A partir de dezembro/2020, o "Boletim DME", divulgado nos canais internos de comunicação, vem informando os números de casos constados de COVID-19 na Companhia. Os colaboradores também são alertados sobre a vacinação contra COVID-19, conforme divulgação realizada pela Prefeitura Municipal, sendo que os comprovantes de vacinação devem ser apresentados na Gerência de Recursos Humanos.

A Administração mantém a avaliação contínua sobre o impacto que a pandemia pode provocar nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas suas informações financeiras.

O cenário imposto pela COVID-19 apresenta uma maior flexibilização sentida a partir do segundo semestre de 2021. Portanto, para as demonstrações financeiras de 2021 da DMEE, não há impactos significativos a serem divulgados nesse sentido.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A autorização para a conclusão e emissão das demonstrações financeiras foi efetuada pela Administração em 27 de abril de 2022.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Dado o grau de julgamento envolvido, os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

As informações sobre julgamentos críticos referentes as estimativas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contas a receber
- Nota 20 - Contingências
- Nota 21 - Instrumentos financeiros

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

A Companhia considera que o consórcio Salto Pilão - CESAP é um negócio (*joint operation*) em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Assim, a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras seus ativos, passivos e resultado dessas do consórcio Salto Pilão - CESAP, na proporção de sua participação (20%).

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático.

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Desreconhecimento

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 3;
- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Nota 17; e
- Contas a receber de clientes, incluindo ativos de contrato - Nota 5.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) *Ativos financeiros--Continuação*

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são compostos exclusivamente de títulos cotados na categoria de investimento superior (Muito bom e Bom) pela Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito e, portanto, são considerados investimentos de baixo risco de crédito. Constitui política da Companhia mensurar as perdas de crédito esperadas sobre estes instrumentos em uma base de 12 meses. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, a provisão será baseada na perda de crédito esperada vitalícia. A Companhia utiliza as classificações (ratings) da Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito para determinar se o instrumento da dívida aumentou significativamente em termos de risco de crédito e para estimar as perdas de crédito esperadas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c) Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "Unidade Geradora de Caixa ou UGC").

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Impairment de ativos não financeiros--Continuação

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d) Ativos intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e o OCPC 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

e) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

i) *Reconhecimento e mensuração*--Continuação

- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual de um equipamento foram revisados em 31 de dezembro de 2021.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O IRPJ/CSLL diferidos da reversão RTT que compreende a amortização e encargos financeiros da UBP - utilização do bem público, será excluído até o término do contrato conforme determinação do artigo 69 da Lei nº 12.973/2014. Conforme contrato de concessão - cláusula 2ª com prazo de 35 anos, contado a partir da data de sua assinatura em 23/04/2002 a concessão se encerra em 22/04/2037.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da CPC 32 - Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia analisou os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda.

A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

i) Novas normas e interpretações

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Novas normas e interpretações--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência--Continuação

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

j) Novas emitidas, mas não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de Postergação.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Novas emitidas, mas não vigentes--Continuação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	92	48
Aplicações financeiras - CDB pré-fixado	<u>272.440</u>	<u>231.720</u>
	<u>272.532</u>	<u>231.768</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo aplicadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber

	2021	2020
Comerc.Com. Energia Elétrica Ltda	929	-
Solernegias Comercializadora de Energia S.A	906	-
Eletropaulo Metropolitana Eletr. De São Paulo	802	944
Gold Comercializadora de Energia Ltda	728	-
EDP – Comercialização e Serviços de Energia Ltda	698	472
Trinity Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	629	894
Safira Administração e Comercialização de Energia S.A	616	-
Capitais Energia Comercializadora Ltda	598	-
Copel Distribuição S/A	594	573
Apuração Regime de Cotas de Garantia - Antas I	540	509
Light Serviços de Eletricidade S/A	524	484
COELBA - Cia. Eletricidade do Estado da Bahia	456	458
CELPE - Cia Energética de Pernambuco	435	412
Tempo Energia S.A	417	192
CELPA - Centrais Eletricas do Pará S/A	399	373
Elektro Redes S/A	326	290
Kroma Comercializadora de Energia Ltda	325	-
Deal Comercializadora de Energia Ltda	308	-
COELCE - Cia. Energética do Ceará	277	264
Equatorial Piaui Distribuidora de Energia S.A	256	238
EDP Espírito Santo Distribuição Energia S.A	253	262
IBS Comercializadora Ltda	251	351
EDP São Paulo Distribuição Energia S.A	248	193
CEMIG Distribuição S/A	247	231
Destra Comercializadora de Energia Ltda	246	287
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	205	4.523
Ampla Energia e Serviços S/A	182	181
Matrix Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	182	-
3Rios Fibras e Resinas Ltda	177	94
COSERN - Cia. Energética do Rio Grande do Norte	163	154
Companhia Estadual de Distribuição de Energia	144	131
CELG Distribuição S/A	130	106
Lamesa Cabos Elétricos Ltda	123	121
Energisa Mato Grosso do Sul S/A	116	102
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A	102	-
Companhia Paulista de Força e Luz	91	86
Boven Comercializadora de Energia Ltda	87	-
Energisa Paraíba Distrib. Energia S/A	71	69
Focus Energia Ltda	57	-
Energisa Sergipe Distrib. Energia S/A	55	62
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A	41	43
2W Energia S.A	33	-
Ferrero do Brasil Industria Doceira e Alimentar Ltda	29	570
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A	19	18
Energisa Borborema Distrib. Energia S/A	10	10
Lorenzetti S.A Industrias Brasileiras Eletrometalurgicas	2	-
Prime Energy comercializadora de Energia Ltda	-	956
FC One Energia Ltda	-	715
Argon Comercializadora de Energia Ltda	-	697
ECEL- Eletron Comercializadora de Energia Ltda	-	374
CEMAR - Cia. Energética do Maranhão	-	148
Metalsa Brasil Ind. e Com. De Auto Peças Ltda	-	129
Companhia de Eletricidade do Amapá	-	33
Empresa Luz e Força Santa Maria	-	15
	14.027	16.764

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

Refere-se, basicamente, a saldo a receber decorrentes dos suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

O prazo médio do contas a receber é de aproximadamente 30 (trinta) dias. A DMEE avaliou os saldos do contas a receber dos clientes e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, não existe necessidade de constituição de provisão de devedores duvidosos.

6. Outros créditos

	2021	2020
Ativo		
Circulante:		
Empregados	37	50
Fornecedores	293	110
Dividendos a receber de coligada	872	1.250
Outros	24	30
	1.226	1.440

7. Partes relacionadas

	2021	2020
Passivo circulante:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	3.374	4.308
	3.374	4.308
Passivo não circulante:		
P&D - pesquisa e desenvolv. - CESAP	1.005	928
	1.005	928
Custo:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	18.373	7.068

(a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Energética Barra Grande S.A. - BAESA, na qualidade de vendedora, e a DMEE, na qualidade de compradora, tendo por objeto a compra e venda da energia gerada na UHE Barra Grande, o qual vigorará até 14 de maio de 2036. A DMEE deverá adquirir o montante da energia assegurada (garantia física) proporcional a sua participação na BAESA, em condições de preço definidas entre as partes.

Profissionais-chaves da Administração

A Companhia considerou como “profissionais-chave” os integrantes da sua Diretoria Executiva, composto pelo Diretor Superintendente, Diretor Comercial-Financeiro, Diretor Técnico, Comitê de Auditoria e Conselheiros, para o exercício de 2021.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Partes relacionadas--Continuação

Profissionais-chaves da Administração--Continuação

Durante os exercícios de 2021 e 2020 a remuneração da Diretoria Executiva que incluiu salários, abono de férias, 13º salário, e outros benefícios e do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, foi apropriada como despesa, no montante de R\$2.156 em 2021 (R\$2.006 em 2020).

8. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Participações Societárias Permanente		
Baesa - Barra Grande Energia S.A.	57.127	49.683
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.	32.000	26.622
ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	16.360	16.100
	<u>105.487</u>	<u>92.405</u>
	<u>105.487</u>	<u>92.405</u>

b) Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial

Em milhares de reais	Participação %	Quantidade de ações	Total do ativo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)	Equivalência patrimonial 2021	Equivalência patrimonial 2020
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	8,8189%	398.381.000	1.165.200	647.778	181.129	15.973	29
SEFAC - Serra do Facão Energia S.A.	11,0133%	522.368.000	2.432.125	218.473	(45.431)	(4.589)	(603)
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU	14,3811%	34.895.364	159.066	96.886	27.370	3.936	7.230
						<u>15.320</u>	<u>6.656</u>

Não obstante a Companhia possuir menos do que 20% do capital votante das coligadas Energética Barra Grande S.A. (BAESA), Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) e Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC), a Companhia entende que possui uma influência significativa, dada sua representatividade no Conselho de Administração das investidas.

Nenhuma das coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

b) Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial-- Continuação

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	Saldos 2020	Equivalência patrimonial	Dividendos 2021	Amortização Intangível	Ativo Intangível/ aquisição acionária	Saldo 2021
BAESA	49.683	15.973	(8.529)	-	-	57.127
SEFAC (b)	26.623	(4.589)	-	-	2.028	24.062
ETAU (a)	13.495	3.936	(3.459)	-	-	13.972
ETAU - ativo intangível (a.1)	2.604	-	-	(217)	-	2.387
SEFAC – ativo intangível (b.2)	-	-	-	(280)	8.219	7.939
	92.405	15.320	(11.988)	(497)	10.247	105.487
	92.405	15.320	(11.988)	(497)	10.247	105.487

	Saldos 2019	Equivalência patrimonial	Dividendos 2020	Amortização Intangível ETAU	Saldo 2020
BAESA	57.607	29	(7.953)	-	49.683
SEFAC	27.226	(603)	-	-	26.623
ETAU (a)	9.613	6.739	(2.857)	-	13.495
ETAU - ativo intangível (a.1)	2.423	491	-	(310)	2.604
	96.869	6.656	(10.810)	(310)	92.405

(a) Em 29 de abril de 2019, a DMEE adquiriu, das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., 1.528.804 (um milhão, quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 4,3811% (quatro virgula trinta e oito por cento) do capital social total da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai - ETAU.

O objetivo da Companhia com essa aquisição é aumentar a sua participação no mercado brasileiro de transmissão de energia.

Assim, em virtude dessa transação, a Administração da DMEE entendeu que deveria aplicar os pronunciamentos técnicos CPC 18 - Investimentos em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e o CPC 04 - Ativo Intangível, os quais definem a alocação do valor da compra nos ativos que consubstanciam o valor pago. Sendo assim, a Companhia contratou um laudo de alocação do preço de aquisição para a realização da determinação do valor justo e vida útil para o ativo intangível de concessão, obtido na aquisição da Transmissora pela DMEE segundo as orientações dos pronunciamentos CPC 18 e 04.

(a.1) Ativo Intangível: os ativos intangíveis obtidos na aquisição do controle da Transmissora pela DMEE foram identificados conforme as instruções dos CPC 18 e 04. O ativo intangível identificado foi o contrato de concessão na categoria Relacionada a Contrato.

Para essa aquisição não foram identificados intangíveis da categoria artísticos, marketing, clientes e tecnologia, dada a especificidade do investimento efetuado.

O Ativo intangível foi analisado cuidadosamente e o método mais apropriado para o cálculo do seu valor justo foi empregado. A determinação do valor justo do ativo intangível da Transmissora foi realizada, utilizando a abordagem da renda para determinar o valor justo do contrato de concessão. Os contratos de concessão detidos pela Transmissora lhe permitem explorar, com exclusividade, os serviços públicos de operação das instalações de transmissão. Além disso, as concessões também abrangem as devidas estruturas e instalações de suporte, como estradas de linhas, conexões de reatores, e outras instalações necessárias para medição, supervisão, controle, e outras funções relativas às linhas de transmissão.

O ativo intangível da concessão é o intangível primário do negócio que permite a geração de receita, por essa razão, a determinação do seu valor justo é feita utilizando a metodologia do lucro excedente.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

b) Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial-- Continuação

O método utilizado para cálculo do valor justo de um ativo intangível considerado crítico ou primário para o sucesso de um negócio é uma variante da abordagem da renda conhecido como Multi Period Excess Earnings (MPEEM). Para a aplicação dessa metodologia é necessário estimar os ativos que contribuem para que o contrato de concessão permita à empresa gerar resultado futuro. Assim, no cálculo do valor justo do contrato de concessão da Transmissora o capital de giro foi considerado como um ativo que contribui para o contrato de concessão.

O contrato de concessão da Transmissora junto a ANEEL foi assinado em 18 de dezembro de 2002, para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. Por este motivo o ativo intangível adquirido na operação pela DMEE será amortizado pelo prazo de vida útil contratual.

- (b) Em 05 de agosto de 2019, a DMEE recebeu correspondência da empresa Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A, informando o interesse em alienar todas as ações de sua propriedade, que totalizam 28.546.844 (vinte e oito milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, oitocentas e quarenta e quatro), representando 6,7705% de ações ordinárias e 5,4649% do capital social total da Serra do Facão.

Sendo assim, em cumprimento ao item "8.Direito de Preferência na aquisição ou subscrição de ações" do Acordo de Acionistas da Serra do Facão Energia S.A., celebrado em 12 de dezembro de 2006, aditado e consolidado em 11 de fevereiro de 2009, a DMEE exerceu seu Direito de Preferência na Aquisição ou Subscrição de Ações de emissão da Serra do Facão Energia S.A. ("SEFAC"), acerca da oferta de venda da totalidade da participação acionária detida pela Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A, correspondente à 5,4649% do capital social total da SEFAC.

Com isso, em 17 de maio de 2021, foi concluída a transferência de 4.834.876 (0,9256% do Capital Social total) ações ordinárias nominativas para a DMEE, mediante aquisição da participação da empresa Camargo Corrêa no capital social da Serra do Facão pelo valor de R\$6.335.967,77. Os ativos identificados líquidos dos passivos assumidos foram mensurados a partir das demonstrações financeiras e totalizaram R\$219.145 mil em abril de 2021. Nestes valores encontram-se o ajuste de R\$263.100 mil no ativo intangível e no UBP devido à extensão da outorga.

Para mensurar o ativo de concessão utilizou-se o Free Cash Flow to Firm (FCFF) na data base de abril de 2021, descontando-se por um WACC de 7,70%. O valor apurado pelo FCFF foi de R\$1.107.146mil.

O Ativo de Concessão foi mensurado pela diferença entre o valor do FCFF e o valor contábil, resultando em R\$888.001 mil.

- (b.2) A participação adquirida pela DMEE foi de 0,9256%, resultando na participação de R\$8.219 mil no Ativo de Concessão. Este Ativo de Concessão poderá ser amortizado até o prazo final da concessão, novembro de 2040.

A parcela de 0,9256% resultou em R\$10.284 mil a Valor Justo. A contra prestação transferida por essa parcela foi de R\$6.336mil, resultando em um ganho por compra vantajosa (deságio) de R\$3.912mil.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	
				2021	2020
Imobilizado em serviço					
Terrenos	n.a.	1.656	-	1.656	1.573
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	19.076	(7.714)	11.362	11.794
Máquinas e equipamentos	3,33%	58.032	(27.689)	30.343	31.047
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	67.380	(19.904)	47.476	48.622
Veículos	14,29%	120	(118)	2	11
Móveis e utensílios	6,25%	113	(74)	39	45
Sistema de transmissão e conexão	-	1.085	(450)	635	673
Total do imobilizado em serviço		147.462	(55.949)	91.513	93.765
Imobilizado em curso					
Imobilizado em curso		6.910	-	6.910	5.558
Total do imobilizado em curso		6.910	-	6.910	5.558
Administração:					
Terrenos	n.a.	565	-	565	565
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.286	(724)	562	605
Máquinas e equipamentos	6,25%	1.111	(547)	564	247
Móveis e utensílios	6,25%	240	(198)	42	27
Veículos	14,29%	463	(227)	236	162
Total do imobilizado - administração		3.665	(1.696)	1.969	1.606
Total do imobilizado		158.037	(57.645)	100.392	100.929

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

- a) Composição do imobilizado de acordo com as unidades de cadastro da Resolução Normativa da ANEEL nº 674/2015

	Custo de aquisição	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	
			2021	2020
Ativo imobilizado em serviço				
Geração	147.462	(55.949)	91.513	93.765
Administração	3.665	(1.696)	1.969	1.606
	151.127	(57.645)	93.482	95.371
Ativo imobilizado em curso				
Geração	6.684	-	6.684	5.284
Administração	226	-	226	274
	6.910	-	6.910	5.558
	158.037	(57.645)	100.392	100.929

- b) Movimentação do custo do ativo imobilizado em serviços e administração

	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Terrenos	2.324	83	-	-	2.407
Edificações, obras civis e benfeitorias	22.769	422	-	-	23.191
Máquinas e equipamentos	68.989	2.057	-	397	71.443
Reservatórios, barragens e adutoras	82.773	920	-	-	83.693
Veículos	443	-	-	140	583
Móveis e utensílios	357	-	-	-	357
Sistema Transmissão e Conexão	1.085	-	-	-	1.085
(-) Provisão do Valor Recuperável dos Bens Indenizados - Antas I	(31.634)	-	-	-	(31.634)
	147.106	3.482	-	537	151.125
Imobilizado em curso	5.558	1.946	(56)	(537)	6.911
	152.664	5.428	(56)	-	158.036

A partir de janeiro de 2021, a Minicentral Hidrelétrica José Togni e a PCH Ubirajara Machado de Moraes, passaram a ser de titularidade da DME Energética S.A – DMEE, mediante Declaração de Registro de Central Geradora emitidos pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Sendo assim, os registros contábeis foram efetivados em fevereiro/2021.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

c) Movimentação da depreciação acumulada

	2020	Adições	Baixas	2021
Reservatórios, barragens e adutoras	(20.931)	(2.448)	-	(23.379)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(8.346)	(997)	-	(9.343)
Máquinas e equipamentos	(29.003)	(3.289)	-	(32.292)
Veículos	(270)	(45)	-	(315)
Móveis e utensílios	(287)	(22)	-	(309)
Bens indenizados - Antas I	7.514	929	-	8.443
Sistema Transmissão e Conexão	(412)	(38)	-	(450)
	(51.735)	(5.910)	-	(57.645)

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados, dentre outras.

O resultado de tal avaliação para os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução adicional ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização adicionais a serem reconhecidas.

10. Intangível

	Taxa de depreciação	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	
				2021	2020
Em serviço	20%	128.199	(42.659)	85.540	57.110
Software	20%	296	(271)	25	39
Total do intangível		128.495	(42.930)	85.565	57.149

a) Movimentação do intangível

	2019	Adições	Amortização	2020	Adições	Amortização	2021
UHE Salto Pilão	2	-	(1)	1	10.387	(57)	10.331
UBP - Salto Pilão	57.790	6.091	(7.311)	56.570	18.970	(4.319)	71.221
PCH Padre Carlos	350	24	(53)	321	3.608	(114)	3.815
Antas I	203	14	(30)	187	-	(45)	142
Software	85	-	(15)	70	-	(14)	56
Total do intangível	58.430	6.129	(7.410)	57.149	32.965	(4.549)	85.565

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

a) Movimentação do intangível--Continuação

Contrato de Concessão - UHE Salto Pilão

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado a partir da entrada em operação pelo respectivo prazo remanescente da concessão, e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento.

A obrigação decorre do Contrato de Concessão, pelo uso do bem público, a ser recolhido mensalmente à União.

Em "Outros intangíveis" estão registrados os gastos com aquisição de softwares e as respectivas amortizações.

b) Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei 13.203/2015.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

b) Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)--Continuação

Em 02 de março de 2021, a CCEE encaminhou à Aneel os cálculos de extensão das concessões do Ambiente de Comercialização Livre - ACL que optarem por aderir às condições propostas pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020 e pela Lei 14.052, de 8 de setembro de 2020.

Através da publicação da Resolução Homologatória nº 2.919 de 03 de agosto de 2021, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e os valores referentes ao caput do art. 2º - D da Lei 13.203, de 2015, em atendimento ao disposto no parágrafo 9º, do art. 6º, da Resolução Normativa ANEEL nº 895, de 1º de dezembro de 2020.

Na Resolução 2.919/21, consta o prazo de extensão de outorga da Usina Padre Carlos (Rolador), sendo este de 1.097 (dias), equivalente a R\$3.608 sendo necessária a adesão a extensão, mediante assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia e na Resolução 2.932/21 consta o prazo de extensão de outorga da Usina Salto Pilão, sendo este de 1735 dias, equivalente a R\$ 77.479.444,88 (total da usina), também sendo necessária a adesão a extensão, mediante assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia.

Sendo assim, com relação ao prazo de extensão de outorga da Usina Padre Carlos (Rolador) a DMEE encaminhou a ANEEL em 08 de outubro de 2021, o “Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos Relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE”, que dispõe sobre as obrigações e condições as quais o gerador se compromete a cumprir livre e espontaneamente, para fins de atendimento ao art. 2º da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015. Neste termo, o gerador declara a aceitação dos prazos de extensão de outorga apresentados nos cálculos efetuados pela CCEE e homologados pela ANEEL, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.919, de 03 de agosto de 2021 e na Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

b) Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)--Continuação

Já o CESAP encaminhou a ANEEL em 12/11/2021, o “Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos Relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE”, assinado por todas as consorciadas, que dispõe sobre as obrigações e condições as quais o gerador se compromete a cumprir livre e espontaneamente, para fins de atendimento ao art. 2º da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015. Neste termo, o gerador declara a aceitação dos prazos de extensão de outorga apresentados nos cálculos efetuados pela CCEE e homologados pela ANEEL, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.919, de 03 de agosto de 2021 e na Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021.

Atualmente, a DMEE aguarda a homologação definitiva pela ANEEL da repactuação.

Com base nos dados informados pela CCEE à Aneel as usinas da Companhia têm direito aos seguintes prazos de extensão: Usina	Garantia Física não repactuada anteriormente (MW médios)	Estimativa de Extensão da Concessão (dias)
PCH Padre Carlos (Rolador)	4,07	1.097
CESAP	2,62	1.735

Os efeitos contábeis decorrentes da repactuação do risco hidrológico consistem no reconhecimento de um ativo intangível, relacionado ao direito de outorga em função da compensação por custos incorridos em exercícios anteriores, com base no valor justo, tendo como contrapartida o resultado do exercício, na rubrica de compensação de custos de energia elétrica, os quais já foram contabilizados durante o exercício social de 2021, da ordem de R\$3.608 para PCH Padre Carlos e R\$10.387 para CESAP.

b.1) Amortização do Intangível - Repactuação

Segundo o CPC 04, a amortização deve ser iniciada a partir da disponibilização do bem para uso. Como no caso de extensão do direito de outorga o bem já foi construído e está em uso, entende-se que sua amortização deve ser iniciada assim que registrado o novo ativo intangível. Desse modo, o momento de reconhecimento de intangível deve corresponder ao direito de exploração estendido, pelas Leis nºs 14.052/2020 e 14.182/2021, pois cuidam-se de direito de exploração em andamento, cujo ativo intangível já está disponível para exploração, já está em uso.

Com isso, o ativo deverá gerar fluxo de caixa para a entidade, devendo ser amortizado no prazo definido no CPC 04, itens 97 a 106, ou seja, a amortização deve ser apropriada ao longo da vida útil estimada do ativo.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

11. Uso do bem público (CESAP)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
UBP - CESAP (passivo circulante)	17.457	15.132
UBP - CESAP (passivo não circulante)	<u>233.682</u>	<u>192.527</u>
	<u>251.139</u>	<u>207.659</u>

O Uso do bem público é uma obrigação decorrente do Contrato de Concessão a ser recolhido mensalmente à União a partir do início da operação comercial e até o 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico o montante de R\$510.000 (base de preços de outubro de 2001). A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo prazo da concessão.

A obrigação foi registrada no passivo em julho de 2009, data da Licença Ambiental de Operação do Consórcio, e vem sendo atualizado pelo IGPM e IPCA, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e seus Aditivos. Esta obrigação foi contabilizada originalmente ajustada a valor presente.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021, subscrito e totalmente integralizado é de R\$254.431 divididos em 215.696.330 ações ordinárias, nominativas tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de lucros

As reservas de lucros são contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da companhia. O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2021 é de R\$52.847, que compreende: i) Reserva de retenção de lucros, no valor de R\$3.668, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76; e ii) Reserva de Lucros, no valor de R\$49.179, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

d) Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo de 25% e dividendo adicional de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Dividendos adicionais declarados ainda não aprovados, só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Dessa forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

Em 2021, a Companhia apurou dividendos mínimos obrigatórios (25%) e dividendos adicionais (25%), no valor total de R\$22.998, correspondente a 50% do lucro líquido do exercício ajustado.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	48.417	30.487
(-) Reserva legal	(2.421)	(1.524)
Base de cálculo	45.996	28.963
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	11.499	7.241
Dividendos adicionais estatutários (25%)	11.499	7.241
Dividendos	22.998	14.482

Os juros sobre capital próprio pagos no exercício de 2021, calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-lhes a taxa de juros de longo prazo do respectivo período, no valor total líquido de R\$10.652 (R\$12.532 bruto em 2021 e R\$11.536 bruto em 2020), são imputados aos dividendos obrigatórios, dando-se por liquidada tal obrigação, e a diferença absorvida no patrimônio líquido da Companhia.

13. Receita operacional líquida

a) Receita com fornecimento de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Receita operacional líquida--Continuação

a) Receita com fornecimento de energia--Continuação

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Suprimento de energia elétrica	63.686	57.742
Comercialização de energia	81.668	56.494
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	21.660	13.039
Usina Antas I - Regime de Cotas	6.209	5.615
	<u>173.223</u>	<u>132.890</u>
Deduções da receita operacional		
PIS/Pasep	(2.638)	(2.040)
COFINS	(12.152)	(9.397)
Encargos do consumidor - P&D	(515)	(474)
Taxa de Fiscalização ANEEL	(173)	(160)
ICMS - Comercialização com Terceiros	(432)	(1.438)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(958)	(362)
	<u>(16.868)</u>	<u>(13.871)</u>
	<u>156.355</u>	<u>119.019</u>

14. Custos e despesas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Pessoal	3.844	3.122
Material	331	141
Serviços de terceiros	1.918	1.587
Arrendamentos e alugueis	11	11
Seguros	104	62
Doações, contribuições e subvenções - CESAP	20	25
Provisão para litígios trabalhistas - CESAP	9	44
Tributos	361	28
Depreciação	3.690	3.569
Amortização - UBP	3.394	1.220
Amortização – Direito de extensão de concessão REH 2.919/21	170	-
	<u>13.852</u>	<u>9.809</u>

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

15. Energia elétrica comprada

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CCEE - Câmara Comercialização de Energia	25.377	7.000
BAESA - Barra Grande Energia S.A.	18.373	7.068
Boven Comercializ. Energia Ltda	15.552	6.065
Kroma Comercializadora de Energia Ltda	7.972	-
Brasil Comercializadora de Energia S/A	7.621	-
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	3.745	5.182
Maxima Comercializadora de Energia Ltda	3.716	3.017
CCEE - risco hidrológico	2.279	1.796
Rio Alto Comercializadora de Energia Ltda	1.665	761
Prime Energy Comercializadora de Energia Ltda	478	4.942
Focus Energia Ltda	285	-
Argon Comercializadora de Energia Ltda	65	802
Capital Energia Comercializadora Ltda	-	887
Destra Comercializadora de Energia Ltda	-	663
Safira Administração e Comercialização de Energia S.A	-	330
Trinity Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	-	167
	<u>87.128</u>	<u>38.680</u>
Repactuação GSF - CESAP	(10.387)	-
Repactuação GSF REH 2.919/21 (*)	(3.608)	-
	<u>(13.995)</u>	<u>-</u>
Encargos:		
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	1.910	1.967
Encargos de Transmissão - RE - TUSD	1	2
	<u>1.911</u>	<u>1.969</u>
(-) Créditos Recuperáveis	(7.120)	(3.347)
	<u>67.924</u>	<u>37.302</u>

A partir de 1º de janeiro de 2012, a DMEE não efetuou mais compra de energia para revenda da sua coligada SEFAC e toda a energia da SEFAC referente ao take da DMEE está sendo vendida no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Pessoal	4.242	2.983
Administradores	2.156	2.006
Material	2.528	2.824
Serviços de terceiros	1.483	1.983
Seguros	44	-
Recuperação de despesas	(78)	-
Reversão da provisão	-	(230)
Tributos	14	-
Depreciação	189	157
Amortização - Intangível ETAU	217	308
Amortização - Intangível SEFAC	280	-
Outras despesas gerais e administrativas	-	35
	11.075	10.066

17. Outras despesas e receitas operacionais

	2021	2020
Outras receitas operacionais:		
Serviço de operação e manutenção - IP	5.515	4.407
Receita com venda de crédito de carbono - CESAP	1.424	68
Receita de prestação de serviços	195	130
Tributos sobre a receita	(672)	(442)
Arrendamentos e alugueis	1	81
Outras receitas operacionais	-	14
	6.463	4.258
Outras despesas operacionais:		
Compartilhamento de infraestrutura	(177)	(172)
Doações - Incentivos fiscais lei rouanet	(86)	(29)
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	-	(130)
Outras despesas operacionais	(277)	(238)
	(540)	(569)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5.923	3.689

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

18. Receitas e despesas financeiras líquidas

	2021	2020
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	11.072	5.833
Ganho com compra vantajosa – SEFAC (nota 8.b)	3.912	-
Outras Receitas Financeiras	271	49
(-) Tributos sobre receita financeira	(534)	(277)
	14.721	5.605
Despesa financeira		
Encargos financeiros UBP Salto Pilão	(36.097)	(35.650)
Uso do bem público - UBP - AVP	(4.383)	(5.222)
Atualização financeira - P&D	(30)	(23)
Outras Despesas	(17)	(46)
	(40.527)	(40.941)
Resultado financeiro líquido	(25.806)	(35.336)

Receita financeira

Relacionada com as aplicações financeiras, a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2021 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14.

(a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2021 e 2020:

	2021	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	58.941	58.941
Adições temporárias e permanentes	15.321	15.321
Exclusões temporárias e permanentes	(58.890)	(58.890)
Base de cálculo	15.372	15.372
Alíquota aplicável	15%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.306	1.383
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	1.513	-
Outros	(69)	-
Total impostos correntes	3.750	1.383

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

	2020	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	36.851	36.851
Adições temporárias e permanentes	11.300	11.300
Exclusões temporárias e permanentes	(31.950)	(31.950)
Base de cálculo	16.201	16.201
Alíquota aplicável	15%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.430	1.458
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	1.596	-
Outros	-	27
Total impostos correntes	4.026	1.485

(b) A movimentação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

Diferenças temporárias	2021	2020
Reversão RTT - amortização UBP	6.702	7.139
Reversão RTT - encargos financeiros UBP	29.649	31.583
Diferenças Temporárias	(13.427)	57
Base impostos diferidos	22.924	38.779
Alíquota aplicável	34%	34%
Impostos diferidos ativos	7.794	13.185
Outros	17	17
Total impostos diferidos ativos	7.811	13.202
Total despesa impostos diferido	(5.391)	(853)

20. Contingências

A Companhia possui processo judicial trabalhista da UHE Salto Pilão, da ordem de R\$97, considerado como perda provável pela Administração, registrado por apropriação na proporção de sua participação no Consórcio empresarial Salto Pilão.

A Companhia não é parte em outros processos judiciais considerados pela sua Assessoria Jurídica com risco de perda possível.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- Contas a Receber/Outros Créditos- são, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

Nível de hierarquia

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
- Nível 3 - ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	272.242	231.542
Aplicação CESAP	197	178
	<u>272.439</u>	<u>231.720</u>

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 se aproximam de seus valores contábeis.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

22. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Risco de crédito - advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.
- Risco quando a escassez de energia - a Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, tem fonte de energia oriunda, predominantemente, de geração hidrelétrica. Uma hidrologia desfavorável, com energia natural afluyente e volume armazenado dos reservatórios abaixo dos níveis históricos, resulta em: (a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; (b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas, assim como a diversificação da matriz como fontes como eólica e solar, que são intermitentes; (c) Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) elevados e com alta volatilidade, assim como os preços praticados no mercado livre.
- Risco de liquidez - a previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em ativos financeiros equivalentes a caixa.

23. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2021 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

DME Energética S.A. - DMEE

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim
Diretor Comercial-Financeiro

Marco César Castro de Oliveira
Diretor Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Contadora
CRC-MG 090512/O-2



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores representantes do Acionista,

A DME Energética S.A. - DMEE ("Companhia" ou "DMEE") submete, à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1 Comercialização de Energia

Em 2021, a DMEE forneceu 673.934,65MWh, sendo 175.200,00 MWh negociados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), 458.067,48 MWh no Ambiente de Contratação Livre (ACL), e 40.667,16 MWh entregues no regime de cotas, disciplinado pela Lei nº 12.783/2013. No ano de 2021, a DMEE continuou prestando serviços de representação de clientes livres perante à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, compreendendo, desde o assessoramento no processo de migração do cliente e contratação de energia, até a realização das atividades periódicas, bem como serviço de intermediação para aquisição de energia por estes clientes, sendo remunerada pela energia negociada.

2 Empreendimentos

Em 2021 sucederam estudos e ações, tais como aquisição fundiária e licenciamento ambiental para implantação de novas centrais hidrelétricas (PCH's / CGH's) nos Rios Pardo, Verde e Capivari, conforme estudo de inventário aprovado pela ANEEL, com foco principal para as PCHs Marambaia (8,5MW) a qual já possui projeto executivo concluído e Boa Vista (16MW), que já possuem Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica da ANEEL, assim bem como a autorização de disponibilidade hídrica emitida pela ANA e estudos ambientais concluídos e em fase de análise pela SUPRAM-MG. Da mesma forma ocorreram:

- Elaboração de Projeto Básico / Executivo para construção de Planta Solar de 5 MW na modalidade Geração Distribuída no município de Poços de Caldas, sendo realizado Processo Licitatório para a contratação o qual foi declarado deserto por não ter recebido propostas.

- Negociação para aquisição de ações de complexo de geração localizado na região sul, com contratação de Valuation, Due Diligence e realização de Análise Técnica com pessoal próprio;

- Projeto para Instalação de Central de Geração Hidrelétrica (CGH) junto a Barragem Lindolpho Pio da Silva Dias, incluindo assinatura de contrato para aquisição do conjunto hidrogerador;

- Negociação da aquisição de ações de PCH localizada na região sudeste, a qual já foi contratada a execução de Due Diligence e Valuation.

- Prospecção de novos negócios nos segmentos de geração e transmissão através de aquisição de ações ou composição de parcerias para execução de novos empreendimentos, visando o crescimento dos ativos da DMEE.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Receita Operacional Bruta encerrou 2021 com R\$ 173,22 milhões, um aumento de 30,35% ante o mesmo período de 2020. As Deduções finalizaram-se em R\$ 16,86 milhões, aumento de 21,6% com relação ao Exercício anterior, encerrando assim a Receita Operacional Líquida em R\$ 156,35 milhões, 31,37% maior que em 2020.

As despesas e os gastos operacionais totalizaram, em 2021, R\$ 92,85 milhões, 62,39% superior em relação à 2020, decorrente principalmente pela oscilação apresentada na compra de energia, com aquisição de energia de terceiros para cobertura das exposições ao mercado de curto prazo e destinadas às operações para obtenção de Spread, assim como a elevação do custo da Energia adquirida da Barra Grande Energia - BAESA.

Diante aos fatos, o lucro líquido referente ao exercício de 2021 foi de R\$ 48,41 milhões, ante R\$ 30,48 milhões em 2020, apresentando um acréscimo de 58,81%.

3. Agradecimentos

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMEE.



DME Energética S.A. - DMEE
Tel: (35) 3729-8100 - Fax: (35) 3729-8124
Rua Amazonas, 36 - Centro - CEP: 37701-008
Poços de Caldas - MG - Brasil - www.dmee.com.br
CNPJ: 03.966.583/0001-06 - I.E.: 518.091.852-0090



Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos funcionários das Empresas DME pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

Poços de Caldas, 29 de abril de 2022.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim
Diretor Comercial Financeiro

Marco César Castro de Oliveira
Diretor Técnico